

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Fiscalização dos serviços veterinários, transparência das tarifas cobradas e disputas médicas

Com a crescente popularidade da criação de animais de companhia em Macau, a demanda dos cidadãos por serviços de diagnóstico e tratamento veterinário tem vindo a aumentar continuamente. No entanto, nos últimos anos, numerosos donos de animais têm relatado que o sector veterinário local apresenta uma extrema falta de transparência nas suas tarifas, com graves desordens decorrentes de cobranças ocultas e de uma multiplicidade de taxas diversas. Actualmente, a maioria das clínicas carece de uma tabela de preços padrão completa e clara, listando apenas alguns itens; a maior parte das cobranças não é cotada de forma explícita previamente, o que resulta em discrepâncias significativas entre o valor final da factura e as expectativas dos clientes.

A sociedade em geral refere que existem várias situações de cobrança irrazoável, por exemplo, no caso das infusões intravenosas, é apenas indicado verbalmente um preço de várias centenas de patacas, mas na prática a cobrança é desmembrada em taxa de soro fisiológico, taxa de observação diurna de curta duração, e soma dos custos de cada medicamento; algumas clínicas cobram ainda taxas adicionais derivadas, como taxa de preparação de medicamentos e taxa de corte de comprimidos; nos serviços de anestesia e de tratamento verifica-se até um "preço de mercado", sendo a margem de cobrança demasiado flexível e sem padrão de referência.

Muitos donos de animais, movidos pelo amor e pela preocupação com a saúde dos seus animais de estimação, não questionaram imediatamente as cobranças durante a consulta, vendo-se obrigados a pagar passivamente, o que dá origem ao problema da vinculação emocional do consumo no sector.

Simultaneamente, algumas clínicas têm por hábito promover pacotes completos de exames, exames de imagem e tratamentos não necessários, causando excesso de medicalização, o que não só agrava o encargo económico dos residentes, como também sujeita os animais a desconforto desnecessário decorrente dos tratamentos. Os preços dos medicamentos no sector são geralmente elevados e, em todo o território de Macau, falta um padrão de referência unificado, sendo as disparidades de cobrança entre as diversas clínicas muito acentuadas.

Uma vez ocorridos casos de resultados médicos insatisfatórios ou mesmo de ferimentos ou morte de animais, os donos deparam-se frequentemente com dificuldades de prova, canais de reclamação pouco claros e mecanismos insuficientes de avaliação pericial de litígios profissionais, tornando difícil apurar responsabilidades profissionais, o que reflecte a existência de lacunas evidentes no actual mecanismo de supervisão.

A fim de corrigir a desordem do sector, aperfeiçoar o mecanismo de supervisão e salvaguardar os direitos dos donos e o bem-estar dos animais, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Como podem as autoridades competentes aperfeiçoar o mecanismo de supervisão do exercício da medicina veterinária, eliminar os diversos tipos de cobranças avulsas ocultas, promover junto do sector a elaboração e afixação de uma tabela de preços padrão completa e implementar o regime de orçamento prévio para todos os serviços médicos e medicamentos, de modo a aumentar a transparência das cobranças?

2. Como podem as autoridades competentes otimizar os canais de reclamação e o mecanismo de avaliação pericial de litígios clínicos, criar mecanismos de verificação face a fenómenos como o excesso de medicalização, os preços elevados dos medicamentos e a vinculação emocional do consumo, e resolver o problema das dificuldades de prova enfrentadas pelos donos de animais?

3. Como podem as autoridades competentes aperfeiçoar um código de

conduta e normas de exercício profissional unificados para os médicos veterinários, reforçar os mecanismos de supervisão e de punição das infracções, eliminar a obtenção de lucros à custa dos animais de estimação e os actos médicos desnecessários e promover o desenvolvimento saudável e regulamentado do sector veterinário de Macau?

11 de Setembro de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Hao Weng